

## **Cursos do Pronatec: formação e cidadania na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, protagonizada pelo Ifac**

Cleudo Araújo Farias<sup>1</sup>, José Marlo Araújo de Azevedo<sup>2</sup>

### **Resumo**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com foco na inclusão educacional e no desenvolvimento econômico, prioriza a formação de trabalhadores, agricultores e extrativistas. Assim, este estudo objetivou analisar as ações desenvolvidas pelo Instituto Federal do Acre (Ifac), relacionadas ao Pronatec na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, em Sena Madureira/AC, no período de 2014 a 2017. Utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter exploratório com foco no estudo de caso, apoiada na pesquisa bibliográfica e documental, visando responder à pergunta norteadora: “Como as ações desenvolvidas pelo IFAC, no âmbito do Pronatec, impactaram a formação profissional e a promoção da cidadania dos extrativistas?”. Os resultados demonstraram a efetividade e contribuições dos cursos para a Unidade de Conservação, destacando ainda a parceria das instituições envolvidas – Ifac e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por fim, inferiu-se que o Pronatec estava alinhado aos objetivos de promoção da educação profissional, do desenvolvimento socioeconômico e da conservação ambiental em áreas rurais. Considera-se que a oferta dos cursos na modalidade da Formação Inicial e Continuada (FIC), na reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, contribuiu para a formação profissional dos extrativistas, proporcionando-lhes maior autonomia para diversificar seus processos produtivos por meio de práticas mais sustentáveis.

**Palavras-chave:** Pronatec. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – ponto focal Acre/AC, Brasil; coordenador pedagógico do Ministério da Educação, no programa “Partiu IF”. E-mail: cleudo.farias@ifac.edu.br.

<sup>2</sup> Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Acre, Brasil; professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Agroecológica do Juruá; coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Vale do Juruá. E-mail: jose.azevedo@ifac.edu.br.

**Pronatec courses:** training and citizenship in the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve, led by Ifac

Cleudo Araújo Farias<sup>3</sup>, José Marlo Araújo de Azevedo<sup>4</sup>

## Abstract

The Brazilian National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), focused on educational inclusion and economic development, prioritizes the training of workers, farmers, and extractivists. Thus, this study aimed to analyze the actions carried out by the Federal Institute of Acre (Ifac), related to Pronatec in the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve, in Sena Madureira, state of Acre, Brazil, from 2014 to 2017. A qualitative exploratory research approach with a case study focus was used, supported by bibliographical and documentary research to address the guiding question: "How did IFAC's actions, within the scope of Pronatec, impact the professional training and citizenship promotion of extractivists?". The results demonstrated the effectiveness and contributions of the courses to the Conservation Unit, highlighting the partnership between the involved institutions – Ifac and the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio). Finally, it was inferred that Pronatec was aligned with the objectives of promoting professional education, socioeconomic development, and environmental conservation in rural areas. It is considered that offering courses in the Initial and Continued Training (FIC) modality in the Cazumbá-Iracema Extractive Reserve contributed to the professional training of extractivists, providing them with greater autonomy to diversify their production processes through more sustainable practices.

**Keywords:** Pronatec. Cazumbá-Iracema Extractive Reserve. Initial and Continuing Training Courses (FIC).

---

<sup>3</sup> Master's degree in Professional and Technological Education, Federal Institute of Education, Science, and Technology of Espírito Santo – focal point Acre/AC, State of Espírito Santo, Brazil; pedagogical coordinator for the Ministry of Education in the "Partiu IF" program. Email: cleudo.farias@ifac.edu.br.

<sup>4</sup> PhD in Biodiversity and Biotechnology, Federal University of Acre, State of Acre, Brazil; professor at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Acre, State of Acre, Brazil; leader of the Juruá Agroecological Research and Extension Group; coordinator of the Center for Studies in Agroecology of the Juruá Valley. Email: jose.azevedo@ifac.edu.br.

## Introdução

A interiorização da educação profissional tem se consolidado como instrumento de transformação social e promoção da cidadania, sobretudo em territórios de vulnerabilidade socioambiental. Nesse cenário, destaca-se a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), instituídos pela Lei nº 11.892/2008, os quais têm o compromisso de promover a inclusão educacional, o desenvolvimento sustentável e a formação técnica de qualidade (Brasil, 2010). Embora sejam instituições de ensino superior, os IF também atuam na educação básica e, principalmente, na formação profissional. De caráter pluricurricular e multicampi, eles têm como fundamentos a articulação entre a formação profissional, as práticas científicas e tecnológicas e a inserção territorial, configurando-se como agentes estratégicos na promoção do desenvolvimento regional (Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho, 2010).

A política de educação profissional no Brasil foi fortalecida com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513/2011. O programa tem como finalidade a ampliação da oferta de cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC). Outrossim, prioriza a inclusão educacional e a qualificação de públicos historicamente excluídos, como estudantes da rede pública, trabalhadores, extrativistas, indígenas e beneficiários de programas de transferência de renda (Brasil, 2011a).

Nessa perspectiva, em 2014, o Pronatec foi implementado na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, no município de Sena Madureira/AC, com a expectativa de ampliar a autonomia dos extrativistas em suas atividades e promover a formação humana dos moradores. A iniciativa visava contribuir para a ampliação dos conhecimentos relacionados à sustentabilidade e à sensibilização ambiental, bem como fomentar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade por meio da inserção de mecanismos voltados à preservação consciente dos recursos naturais (Clem, 2018).

Nesse contexto, Valente e Amaral (2023) destacaram que a missão da escola consiste em proporcionar educação de qualidade às comunidades rurais e impulsionar o desenvolvimento sustentável por meio da adoção de práticas agroecológicas. Ainda nesse contexto, por meio dos IF, é possível que muitas comunidades carentes e afastadas dos centros urbanos tenham acesso a uma educação de qualidade (Silva, R.; Silva, F.; Azevedo, 2020).

Nesse sentido, é válido ressaltar que, em muitas regiões do país, essas instituições são as únicas atuantes no contexto educacional, desempenhando um papel importante na inclusão educacional. Como exemplo, há o acontecimento no município de Sena Madureira/AC, onde essa formação profissional alcançou a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, por meio dos cursos do Pronatec (Silva, R.; Silva, F.; Azevedo, 2020).

A criação e implementação do Pronatec reforçam o papel do Estado na promoção de uma educação inclusiva, especialmente em territórios vulneráveis ou de difícil acesso, como as Reservas Extrativistas. Desse modo, a questão norteadora que orienta esta pesquisa é: “Como as ações desenvolvidas pelo Instituto Federal do Acre (Ifac), por meio do Pronatec, contribuíram para a formação profissional dos moradores da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, no município de Sena Madureira/AC, no período de 2014 a 2017?”.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas pelo Ifac, relacionadas ao Pronatec, na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, localizada no município de Sena Madureira/AC, durante o período de 2014 a 2017.

## **Pressupostos teóricos**

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT) possui trajetória centenária, marcada por avanços significativos e transformações estruturais, influenciada por conjunturas políticas, sociais e econômicas do Brasil e do mundo. De acordo com Silva e Ramos (2020), a história da educação brasileira está fortemente conectada à realidade social e econômica de cada período. Segundo o Parecer nº 16/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, as origens da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) remontam ao ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas (Brasil, 1999). Ao longo dos séculos 19 e 20, diversas instituições surgiram para atender às demandas de formação técnica e social, como os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, as Escolas de Aprendizes Artífices e, posteriormente, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) (Ramos, 2014).

Diante dessas considerações iniciais, a seguir, na Tabela 1, serão apresentados os principais eventos que marcaram a história da RFPCT no Brasil:

**Tabela 1** – Principais marcos da educação profissional no Brasil entre 1909 e 2008

<b>Ano</b>	<b>Agente</b>	<b>Descrição</b>
1909	Nilo Peçanha	No dia 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices com a assinatura do Decreto 7.566. Egresso do Colégio Pedro II, o político era formado em Direito e assumiu a presidência após a morte de Afonso Pena.
	Escolas de Aprendizes Artífices	As escolas foram concebidas para educar e ensinar um ofício a meninos de 10 a 13 anos em situação de vulnerabilidade social, inclusive indígenas e antigos escravizados. Essas instituições eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
1937	Liceus Profissionais	Em 1937, o governo transformou algumas instituições e Liceus. Isso ocorreu devido à reestruturação que o governo fez no Ministério da Educação e Saúde. Na época, foram criados a Divisão de Ensino Industrial e o Departamento Nacional de Educação.
1942	Escolas Industriais e Técnicas	No ano de 1942, todas as instituições compuseram o Ministério da Educação e Saúde. Com a criação de leis orgânicas, ocorreram reformas no sistema educacional e o nível técnico foi equiparado ao nível médio.
1959	Escolas Técnicas Federais	As instituições receberam, em 1959, autonomia didática, técnica, financeira e administrativa. Naquela época, foram criados cursos técnicos, bem como autorizado o início da formação técnica de nível superior, posteriormente conhecida como “Engenharias Operacionais”.
1978	Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet)	A partir de 1978, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) começaram a realizar pesquisas na área técnica industrial e a oferecer cursos industriais, de graduação e pós-graduação. Houve a criação dos cursos de formação de professores e de formação de profissionais de engenharia industrial e tecnólogos.
2008	Instituto Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF)	Em 2008, a presidência da República sancionou o Projeto de Lei 11.892, que marcou o mais recente processo de configuração da rede Federal de Educação. Ciência e Tecnologia. Na prática, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 unidades descentralizadas de ensino, 39 escolas agrotécnicas, sete Escolas Técnicas Federais e oito Escolas Vinculadas às Universidades passaram à classificação de Instituto Federal (IF).

Fonte: adaptado do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif, 2019).

Nesse contexto histórico, destaca-se o marco de 2008, quando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de estabelecer a criação dos IF. Essa legislação resultou na formação de 38 IF, dois Cefet, além da integração de 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

Essas políticas de expansão visam incorporar os segmentos sociais que, ao longo da história, estiveram alinhados aos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Essa abordagem confere legitimidade e justifica a relevância de sua natureza pública, consolidando a educação profissional e tecnológica como um instrumento verdadeiramente poderoso na construção e revitalização da cidadania e na transformação social (Pacheco, 2010).

Nesse contexto, com a perspectiva de ampliar as oportunidades educacionais e promover a inclusão educacional no país, é criado o Pronatec, por meio da Lei nº 12.513, de 11 de outubro de 2011 (Brasil, 2011a). O programa foi inserido no cenário nacional como uma das principais iniciativas do governo de Dilma Rousseff, com o objetivo de atender às demandas do mercado de trabalho e aumentar a competitividade do país. Sua execução ocorreu por meio de uma colaboração entre os governos federal, estaduais e municipais, além da parceria com diversas instituições de ensino e organizações dedicadas à educação profissional e tecnológica (Vieira; Reis; Sobral, 2017; Carvalho, 2019).

Apesar da ampla participação e cooperação entre essas entidades, o programa enfrentou desafios na consecução de seus objetivos de inclusão no mercado de trabalho. Em particular, observou-se que muitos dos trabalhadores formados pelo Pronatec não estavam completamente preparados para utilizar efetivamente novas tecnologias (Souza, 2020).

No tocante ao cumprimento dos objetivos, conforme a legislação de criação do programa, a União é autorizada a efetuar transferências de recursos financeiros para as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais, bem como o “Sistema S”, compreendendo Senai, Sesc e Sesi (Brasil, 2015). Nesse contexto, Ramos e Stampa (2016) destacaram que os integrantes do sistema “S”, no contexto do Pronatec, também são tratados como instituições públicas. Além disso, no que concerne às transferências financeiras para essas instituições, os autores afirmaram que não é exigido nenhum convênio, acordo ou contrato, sendo a única obrigação delas a prestação de contas.

Godoi (2014) destacou que, quando se destina recursos públicos para instituições privadas, o Estado deixa de desempenhar seu papel enquanto provedor de políticas públicas, dispensando sua responsabilidade de assegurar a educação como direito subjetivo. Nascimento e Cruz (2016) acrescentaram que essas iniciativas de financiamento do Pronatec para instituições privadas apontam para uma mercantilização da educação, de modo a considerá-la como uma mercadoria, e não como um direito do cidadão e dever do Estado.

Ciavatta (2005), em seus estudos, enfatizou que o Brasil é um país atravessado por desequilíbrios socioespaciais, destacando uma necessidade latente da promoção de uma

formação integral dos sujeitos, de modo a proporcionar-lhes a compreensão do mundo que os circunda e estimulá-los à participação na sociedade como cidadãos ativos.

A maioria dos cursos ofertados no âmbito do Pronatec é de FIC, disponibilizada na rede privada. Essa predominância de ofertas é atribuída, principalmente, aos acordos de gratuidade do governo com essa rede. Segundo dados divulgados no Diário Oficial da União (DOU), por meio da Portaria nº 234, de 28 de novembro de 2011, evidencia-se uma expressiva parcela de recursos repassados às instituições parceiras: dessas, 93% foram direcionados ao Senac e ao Senai, enquanto somente 7% foram divididos entre 12 IF.

Ainda em relação à organização do programa, o Ministério da Educação (MEC) possui parceria com outros ministérios, denominados como demandantes, que atuam em conjunto com os ofertantes no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento dos cursos (Pedrosa, 2016). Assim, os cursos são demandados pelos demandantes e ofertados pelas instituições de ensino habilitadas – as quais são designadas ofertantes. Mediadas pelo MEC, fazem a pactuação de vagas, ou seja, selam o compromisso de oferta dos cursos e do número de vagas demandadas para cada instituição (Carvalho, 2019).

Ademais, de acordo com a legislação, os objetivos do programa serão alcançados por meio de iniciativas que incluem: ampliação de vagas e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; oferta de Bolsa-Formação (Brasil, 2011a). Apesar dessas iniciativas, Lima *et al.* (2018) destacaram que o carro-chefe do programa é a Bolsa-Formação, em que ocorre o maior investimento do governo.

A Bolsa-Formação divide-se em duas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. Essas modalidades foram instituídas com a finalidade de ofertar cursos técnicos e de FIC, utilizando as estruturas já existentes da Rede de Educação Profissional (Lima *et al.*, 2018).

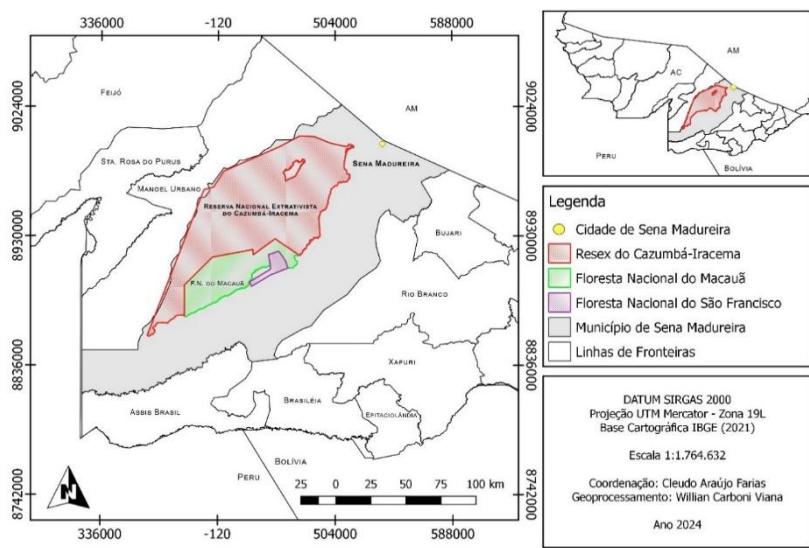
A Bolsa-Formação Estudante destina-se à oferta de cursos técnicos, nas modalidades concomitante, integrada ou subsequente, com carga horária mínima de 800 e máxima de 1.200 horas. Enquanto isso, a Bolsa-Formação Trabalhador destina-se à oferta de cursos de FIC ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 e máxima de 400 horas (Ventura; Lessa; Souza, 2018). Com relação a essas restrições de carga horária, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1098) avaliaram que “limitar a carga horária a um ‘máximo’ é, na verdade, admitir que aos jovens e adultos trabalhadores, se pode proporcionar uma formação ‘mínima’”.

Nessa perspectiva, Ramos (2015) destacou que a política pública de expansão do programa se manifesta pela crescente demanda por ensino técnico e profissionalizante, bem como por seu peso relativo nos processos de inovação tecnológica, aumento da produtividade e competitividade, e, por fim, promoção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Deitos, Lara e Zanardini (2015), o programa tornou-se fundamental na coordenação e estruturação das ações educativas e formativas voltadas à força de trabalho.

Em Sena Madureira/AC, no período de 2012 a 2018, o Pronatec beneficiou diversos segmentos da população, incluindo mulheres em situação de vulnerabilidade social, estudantes do ensino médio, agricultores familiares, indígenas e beneficiários de programas de transferência de renda. Destacou-se, especialmente, a inclusão dos extrativistas – moradores da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Reci) (Ifac, 2018).

A Reci (Figura 1), localizada no estado do Acre (AC), na Amazônia Ocidental, foi criada pelo Decreto de 19 de setembro de 2002 (Brasil, 2002). Seu objetivo principal é garantir o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, além de proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista local. A reserva possui uma área de aproximadamente 750.794,70 hectares, com a maioria nos limites do município de Sena Madureira/AC (ICMBio, 2008).

**Figura 1 – Localização da Reci**



Fonte: elaboração própria (2024).

A exploração dos recursos naturais oferecidos por essa área aos extrativistas é de fundamental importância para a sustentação da comunidade, que, além da extração e cultivo da castanha (*Bertholletia excelsa*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), cupuaçu (*Theobroma*

*grandiflorum*), praticam em escala significativa a exploração do açaí-solteiro (*Euterpe precatoria*), um alimento de fundamental importância na subsistência da comunidade (ICMBio, 2008).

A criação das reservas extrativistas garante a proteção das terras florestais, exploradas por seringueiros, castanheiros, açaizeiros, dentre outros extrativistas. Nessas reservas, é possível a exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), como látex, castanhas e resinas, todos obtidos sem a necessidade de desmatamento. Além de assegurar o uso sustentável da biodiversidade, as reservas extrativistas promovem a valorização dos saberes tradicionais e fortalecem a identidade cultural das comunidades locais. Nesse contexto, políticas públicas como o Pronatec, ao chegarem a territórios como a Reci, contribuem diretamente para a formação técnica e cidadã dos moradores, ampliando suas possibilidades de atuação profissional e incentivando práticas de manejo que respeitam os ciclos naturais da floresta.

## Metodologia

Este escrito tem como base metodológica a pesquisa exploratória, caracterizada pelo estudo de caso. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, na perspectiva de formular problemas mais precisos ou hipóteses que poderão ser investigadas em estudos futuros. Ainda, segundo o autor, esses tipos de pesquisas são menos rígidos em seu planejamento, por serem planejados para fornecer uma visão geral aproximada de um determinado assunto.

O estudo de caso representa uma análise aprofundada sobre um tema específico. Para Gil (2002, p. 54), os estudos de caso “consistem no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Nesse contexto, o estudo manifesta-se por meio de uma abordagem qualitativa, uma vez que busca apresentar dimensões subjetivas e relevantes referente aos dados analisados e que não podem ser quantificadas. Minayo, Deslandes e Gomes (2001, p. 22) assinalam que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se concentra na representatividade numérica, mas sim em aprofundar a compreensão de grupos sociais de uma organização. De acordo com esses autores, a pesquisa qualitativa está voltada para os aspectos da realidade que não são passíveis de quantificar, focando na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais.

O estudo desenvolveu como métodos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, permitindo um conhecimento detalhado sobre as características investigadas, buscando apropriar-se de publicações relevantes sobre o tema. Esse processo envolveu a análise de teorias disponíveis em plataformas, como: *SciELO*, *Google Acadêmico*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, por fim, Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Ademais, realizaram-se consultas em livros, artigos científicos, materiais on-line, resoluções, leis, Projetos Políticos-Pedagógicos de Cursos (PPPC), arquivos pessoais do pesquisador, dentre outras.

Marconi e Lakatos (2003) enfatizaram que a pesquisa bibliográfica se apoia em fontes previamente publicadas sobre o tema em estudo, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, livros, teses, entre outros. Ainda, segundo os autores, o objetivo da pesquisa é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, abordado ou filmado sobre um determinado assunto.

No que se refere à pesquisa documental, segundo Gil (2002), ela apoia-se em fontes diversificadas e dispersas. Para Severino (2013), a pesquisa documental – as fontes de informações – compreende uma variedade de documentos, não se limitando apenas aos impressos; assim, incluem-se jornais, fotografias, filmes, gravações, documentos legais, dentre outros. Nesse sentido, para Marconi e Lakatos (2003, p. 174):

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias". Dessa forma, a pesquisa baseia-se exclusivamente na análise de fontes secundárias, sem a realização de coleta de dados primários.

## **Resultados e Discussão**

Nas seções seguintes, serão abordadas discussões concisas sobre a criação do Ifac, especificamente do Câmpus Sena Madureira. No entanto, o ponto em destaque no estudo concentra-se na apresentação dos cursos de FIC do Pronatec, ofertados pelo Câmpus supracitado, na Reci, em Sena Madureira/AC.

## **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e a criação do Câmpus de Sena Madureira**

A educação profissional no Estado do AC ganhou projeção e visibilidade em 2008, com a criação do Ifac, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A partir desse momento, o Estado, por meio do Ifac, integrou a RFEPECT – vinculada ao MEC –, com natureza jurídica de autarquia, gozando de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil, 2008). Embora o IFAC tenha sido oficialmente criado em 2008, suas atividades foram iniciadas somente em 2010, com a implantação de quatro campi: Sena Madureira, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Xapuri (Silva, 2021).

Em 2010, o município de Sena Madureira/AC celebrou a instalação de um câmpus do Ifac. Esse marco foi oficializado por meio da Portaria Ministerial nº 1.170/2010, firmada em 14 de maio do mesmo ano, mediante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o IF e a Prefeitura Municipal de Sena Madureira/AC. A parceria garantiu o início das atividades da instituição com a cessão de parte da instalação física da Escola Municipal Messias Rodrigues, além da doação de um terreno para a construção de sua sede definitiva. Ao longo de sua implantação, o Câmpus Sena Madureira foi marcado pela diversidade de cursos ofertados em diferentes níveis e modalidades, como cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes, superiores, de educação a distância e de FIC (Santos *et al.*, 2022).

Na modalidade Bolsa-Formação, o Câmpus Sena Madureira destacou-se pela oferta dos cursos de FIC, por meio do Pronatec, entre 2012 e 2018. O projeto em tela alcançou todos os municípios da Regional Purus, atendendo a uma diversidade de públicos, incluindo indígenas, extrativistas, agricultores familiares e ribeirinhos. Vale ressaltar que essa ação ocorreu em um contexto que também destaca a Reci, em Sena Madureira/AC.

## **O Pronatec no Ifac/Câmpus Sena Madureira**

O Pronatec integrou as ações do Ifac em 28 de novembro de 2011, por meio da Portaria nº 324, publicada no DOU. A partir desse marco regulatório, o Ifac, por intermédio de seus campi, iniciou a oferta de cursos de FIC, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, no Estado do AC (Brasil, 2011b). Entretanto, este estudo abordará apenas os cursos ofertados pelo Câmpus Sena Madureira, na Reci.

Pelo Pronatec, era de inteira responsabilidade do Ifac elaborar a matriz curricular, estabelecer as ações formativas necessárias e fundamentais para a qualificação profissional,

bem como os critérios de seleção dos profissionais envolvidos, as estratégias de acompanhamento da oferta, os instrumentos de avaliação e as normas que considerassem relevantes para a execução das ofertas (Cunha, 2014).

A coordenação do Pronatec, nos campi, ocorria por meio das coordenações adjuntas, cujas atribuições eram supervisionar o andamento dos cursos, garantir a infraestrutura adequada, gerenciar materiais didático-pedagógicos, coordenar atividades administrativas – como a seleção de estudantes e a capacitação de professores –, além de monitorar o progresso acadêmico, organizar a oferta da Bolsa-Formação, formar turmas e gerenciar a assistência estudantil aos beneficiários (Brasil, 2012).

O Câmpus Sena Madureira, no período de 2012 a 2018, ofereceu 3.175 vagas em cursos de FIC, alcançando um aproveitamento de 75,65%. Essas ofertas ocorreram nos municípios de Sena Madureira/AC, Santa Rosa do Purus/AC e Manoel Urbano/AC, alcançando, inclusive, comunidades tradicionais e específicas, como indígenas, extrativistas, agricultores familiares, mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre outros (Ifac, 2018).

Os principais parceiros do programa no Câmpus Sena Madureira incluem o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, as prefeituras municipais, a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes (SEE), a Secretaria de Gestão e Segurança Pública (SGA), entre outros (Ifac, 2018).

Dentre os parceiros do Ifac, para efeito desta pesquisa, destacam-se o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio dos quais foi possível alcançar os moradores da Reci, em Sena Madureira/AC.

### **Pronatec na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, em Sena Madureira (2014 – 2018)**

A comunidade da Reci, durante o período de 2014 a 2017, foi beneficiada com 17 cursos de FIC do Pronatec. Os cursos foram ofertados pelo Ifac – Câmpus Sena Madureira, em parceria com o ICMBio. O objetivo dos cursos era capacitar os extrativistas para desenvolver habilidades e conhecimentos voltados à produção sustentável familiar, orgânica e extrativista, agregando valor às suas produções e incentivando tanto a produção extrativista quanto a conservação do meio ambiente (Maia *et al.*, 2016).

De acordo com documentos do Ifac (2018), as finalidades incluíam não apenas capacitar indivíduos com habilidades técnicas específicas, mas estimular o desenvolvimento de pequenos negócios para fortalecer a economia local, além de reduzir a dependência externa e criar oportunidades de renda na comunidade. Desse modo, as ações estiveram em consonância com as finalidades dos Institutos Federais de Educação, que, segundo Silva, R., Silva, F. e Azevedo (2020), têm como objetivos apoiar e estimular os processos educativos voltados à geração de trabalho e renda, bem como à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Nesse sentido, na Tabela 2, é possível verificar as informações relacionadas aos cursos ofertados pelo Ifac – Câmpus Sena Madureira, na modalidade de curso FIC, por meio do Programa Pronatec, na Resex do Cazumbá-Iracema.

**Tabela 2** – Informações gerais dos cursos ofertados pelo Ifac, câmpus Sena Madureira, na modalidade de curso FIC, por meio do programa Pronatec na Resex do Cazumbá-Iracema

Curso	Ano	Vagas	Carga horária	Matriculados	Concluintes	Desistentes
Agricultor Orgânico	2014	80	200	80	71	9
Horticultor Orgânico		20	200	20	15	5
Açaicultor		30	200	30	28	2
Operador de Computador	2015	30	200	30	28	2
Agricultor Orgânico		25	200	25	23	2
Agricultor Familiar		30	200	30	29	1
Agricultor Agroflorestal		30	200	30	27	3
Açaicultor	2016	20	200	20	20	0
Fruticultor		20	200	20	20	0
Agricultor agroflorestal		20	200	20	20	0
Apicultor		20	200	20	20	0
Auxiliar de agroecologia		20	200	20	20	0
Avicultor		20	200	20	20	0
Beneficiador de produtos extrativistas		20	200	20	19	1
Meliponicultor		30	200	30	29	1
Avicultor		30	200	30	27	3
Total		445	200	445	416	29

Fonte: elaboração própria baseada no relatório do Pronatec/Ifac (2018).

Os cursos ocorriam em espaços da própria comunidade, incluindo escolas ou locais adaptados para essa finalidade. As aulas eram realizadas, na maioria das vezes, aos finais de semana, com o calendário escolar ajustado de acordo com os ciclos das atividades extrativistas e as condições climáticas da região (Brasil, 1996).

A organização das atividades educacionais deve atender às necessidades locais e ser adaptada à realidade socioambiental, em conformidade com as finalidades da comunidade. Além disso, é necessário considerar abordagens metodológicas que considerem as histórias de luta, os conhecimentos tradicionais que enriquecem o conhecimento científico, os métodos de produção, bem como a relação dos extrativistas com a natureza (Clem, 2018).

Nessa perspectiva, conforme documentos oficiais do Ifac (2018), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), desenvolvidos na Reserva Extrativista em estudo, foram elaborados em consonância com os objetivos da comunidade local e alinhados às diretrizes das políticas e normas ambientais. Esses projetos visavam à promoção da produção sustentável, com ênfase na ampliação da autonomia produtiva, na diversificação das atividades econômicas e no aprimoramento dos processos produtivos, resultando, assim, na elevação da renda das famílias extrativistas e na conservação ambiental. As metodologias adotadas respeitavam e incorporavam os saberes empíricos da população tradicional, fortalecendo a relação entre educação, território e sustentabilidade (Ifac, 2018).

Em relação às metodologias abordadas, elas eram elaboradas de modo a considerar os conhecimentos empíricos dos extrativistas. Tratando dessa abordagem, Valdanha Neto, Whitaker e Vasconcelos (2018) salientam a importância da “educação na floresta” (fora da escola), onde existe a presença de diversos conhecimentos empíricos, contextualizados no ambiente de vida e não mediados pela escola. Destacam, ainda, que esses saberes são invisibilizados, desconsiderados ou negligenciados pela instituição escolar.

Os PPC devem abordar não apenas a educação profissional, mas integrar conceitos fundamentais de cidadania, respeito mútuo e ambiental, ética e solidariedade, considerando que as questões ambientais não devem ser vistas como uma disciplina isolada, mas sim como componentes essenciais incorporados aos estudos do curso (Pouey, 2017). Para Pacheco (2010), é necessário envolver e alinhar os projetos pedagógicos com os órgãos governamentais e com as comunidades, na perspectiva de construir propostas educacionais que dialoguem entre si e promovam elementos para a construção de um mundo melhor.

Nesse cenário, Clem (2018) destacou o curso FIC de Açaicultor, oferecido por dois anos consecutivos na Resex, em 2014 e 2015, com programas de estudos integrados à realidade local. Um exemplo disso é a disciplina de “Manejo de Açaizais Nativos”,

considerando que o açaí produzido pela comunidade é originário da própria região. Além disso, foram oferecidas disciplinas como “Preparo e Fertilização do Solo” e “Seleção de Espécies e Produção de Mudas”, cujo propósito era incentivar e capacitar os extrativistas para o cultivo de açaizeiros.

Outrossim, é importante destacar a disciplina “Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo” que, de acordo com relatório do Ifac, foi integrada em quase todos os cursos FIC oferecidos na Resex. Para Clem (2018), esse componente buscava estimular os participantes a desenvolver uma visão empreendedora e a compreenderem a importância da união para comercializar produtos que seriam difíceis de vender individualmente.

Segundo Maia *et al.* (2016), as formações proporcionadas pelos cursos do Pronatec na Resex possibilitaram aos extrativistas uma diversificação em suas atividades produtivas, tornando-os sujeitos capazes de compreender e adotar práticas mais sustentáveis e menos lesivas, tanto para o ambiente quanto para os produtos que extraem. Além disso, essas formações contribuíram para reduzir a dependência de assistência técnica especializada.

A participação ativa das comunidades nas aulas foi notável, refletindo-se em um desempenho acadêmico acima da média. Conforme relatórios do Ifac (2018), entre 445 alunos matriculados, 416 concluíram os cursos, alcançando um aproveitamento de 96%. Esse resultado pode estar relacionado à forma de concepção e oferta dos cursos, estruturados a partir de consulta e escolha da própria comunidade.

O empenho dos alunos resultou na construção de uma Agroindústria de Beneficiamento de Açaí na comunidade, financiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Ademais, a dedicação entre Ifac, ICMBio e as comunidades foi reconhecida também com o recebimento do Prêmio Pronatec Empreendedor, concedido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O projeto concorreu com mais de 120 instituições ofertantes do Pronatec, incluindo instituições privadas do “Sistema S” (Maia *et al.*, 2016).

Segundo Maia *et al.* (2016), a parceria inovadora entre o Ifac/Câmpus Sena Madureira e o ICMBio repercutiu significativamente, de modo que o MMA começou a demandar cursos em todas as reservas extrativistas do país, a partir de 2016. Destaca-se que, até 2015, os cursos ministrados na Resex do Cazumbá-Iracema eram viabilizados por meio de parcerias com outros órgãos demandantes, como o MDA (Ifac, 2018).

Assim, com base nos estudos realizados sobre a oferta dos cursos de FIC promovidos pelo Ifac – Câmpus Sena Madureira, na Resex do Cazumbá-Iracema, é possível inferir que o Programa Pronatec está alinhado à proposta dos IF, ou seja, a interiorização da educação,

especialmente da educação técnica profissional (Cruz; Carneiro; Arrais Neto, 2014; Santos *et al.*, 2020; Corrêa Filho; Paixão; Nogueira, 2022).

A expansão das ações educacionais é de grande importância para a sociedade, especialmente para as classes mais necessitadas. Além disso, não basta apenas expandir, mas promover uma educação de qualidade que envolva os sujeitos no processo, possibilitando-os participação ativa, formação construtiva e humana integral. Conforme reflexão de Freire (2011, p. 2) “ensinar não é apenas transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

À vista disso, a atuação do Ifac visou proporcionar uma formação completa aos sujeitos, de modo a contemplar a cidadania e competências necessárias para o mundo do trabalho. Para Pacheco (2015, p. 10), “o que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade”.

O estudo evidenciou a significativa contribuição do Pronatec na Reci, em Sena Madureira/AC, entre 2014 e 2017, por meio da oferta de cursos de FIC pelo Ifac. Os cursos, especialmente voltados à capacitação dos extrativistas, fomentaram práticas produtivas mais sustentáveis, promovendo maior autonomia e agregando valor às produções locais.

A parceria entre o Ifac e o ICMBio foi fundamental para o sucesso da iniciativa, que resultou em um alto índice de conclusão dos cursos (96%) e impulsionou o desenvolvimento socioeconômico local. O planejamento dos cursos foi alinhado às necessidades da comunidade, refletindo um compromisso com a educação ambiental e a preservação dos recursos naturais.

Esses achados destacam o impacto positivo do programa na promoção de uma formação integrada às especificidades culturais e ambientais da região, colaborando para o fortalecimento da cidadania e com o desenvolvimento sustentável.

## **Considerações finais**

Este estudo analisou as ações desenvolvidas pelo Ifac relacionadas ao Pronatec na Reci, em Sena Madureira/AC, de 2014 a 2017. A pesquisa evidenciou a importância do Pronatec para a formação profissional dos extrativistas, destacando o alinhamento dos cursos oferecidos às necessidades da comunidade local. Por meio da análise dos documentos, foi possível observar a relevância do processo de adaptação do currículo e das abordagens

pedagógicas, que consideraram os saberes tradicionais dos extrativistas e as especificidades do ambiente socioambiental da Reserva.

A questão norteadora da pesquisa fundamentou-se em como as ações do Ifac, no âmbito do Pronatec, impactaram a comunidade da Resex do Cazumbá-Iracema. Os resultados evidenciaram que a oferta de cursos de FIC não apenas capacitou os extrativistas, como também promoveu uma diversificação das atividades produtivas e contribuiu para práticas mais sustentáveis, aumentando a autonomia econômica e ambiental da comunidade. O estudo confirmou que o Pronatec desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico local, além de ter fortalecido a integração entre a educação e a preservação ambiental.

Dessa forma, os achados deste estudo indicam que o programa foi eficaz em alcançar seus objetivos de inclusão e qualificação profissional, alinhando-se à missão do Ifac de democratizar o acesso à educação técnica e profissional, especialmente em áreas remotas. Espera-se que os resultados contribuam para futuras iniciativas em outras regiões de difícil acesso, com o intuito de fomentar o desenvolvimento sustentável por meio da educação.

Portanto, é de fundamental importância o registro dessas ações para futuros programas e projetos de FIC na Reci, ou em outras comunidades. Ao expandir a educação profissional para áreas de difícil acesso, o programa contribui com a democratização do ensino, além de possibilitar o rompimento do paradigma estrutural do ensino. Espera-se que aconteçam novas iniciativas para verificar com maior profundidade a repercussão dos cursos, de modo a identificar quais mudanças práticas foram alcançadas sob o olhar dos participantes. Além disso, espera-se evidenciar, nessa perspectiva, os conhecimentos que resultaram na diversificação da produção, melhoria do trabalho e renda das famílias extrativistas.

## Referências

**BRASIL. Decreto de 19 de setembro de 2002.** Cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9663.htm). Acesso em: 31 maio 2023.

**BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 30 maio 2023.

**BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm). Acesso em: 4 jan. 2024.

**BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm). Acesso em: 11 fev. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 16/99, de 05 de outubro de 1999.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE\\_CEB16\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf). Acesso em: 4 jan. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015.** Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos/portaria\\_mec\\_817\\_2015\\_bf\\_alterada\\_por\\_1460\\_2016\\_1163\\_2018.pdf](https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos/portaria_mec_817_2015_bf_alterada_por_1460_2016_1163_2018.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 16 de março de 2012.** Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-cd-fnde-no-4-de-16-de-marco-de-2012>. Acesso em: 23 jan. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 9 jan. 2024.

**BRASIL.** Portaria nº 324, de 28 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Parceiros Ofertantes que firmaram Termo de Cooperação ou Termo de Adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 228, p. 17, 29 nov. de 2011b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=17&data=29/11/2011>. Acesso em: 10 jan. 2024.

**CARVALHO, A. B. Políticas públicas para educação profissional no Brasil:** uma análise sobre a concepção, execução e gestão do Pronatec no âmbito da bolsa-formação (2011-2018). 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11836>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005. DOI 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CLEM, T. C. F. **Diretrizes para uma Política de Educação na Floresta Amazônica**: o caso da Resex do Cazumbá Iracema-AC, Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2018. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12923>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **113 anos de Rede Federal**. Conselho Nacional dos Institutos Federais, 2019. Disponível em: <https://113anos.redefederal.org.br/#fa%C3%A7a-part>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORRÊA FILHO, I. O.; PAIXÃO, J. A.; NOGUEIRA, M. O. Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 74, p. 996-1022, jul./set. 2022. DOI 10.7213/1981-416x.22.074.ds01. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416x2022000300996](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2022000300996). Acesso em: 4 jan. 2024.

CRUZ, K. S. L.; CARNEIRO, I. M. S. P.; ARRAIS NETO, E. A. Meritocracia escolar e educação profissional: um estudo sobre o Pronatec. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 11, p. 73-90, 2014. DOI 10.29148/labor.v1i11.6623. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/6623>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CUNHA, M. F. **A implantação do Pronatec Campo pelo Ifac no Vale do Juruá – Primeiros Passos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/handle/jspui/3291#preview-link0>. Acesso em: 6 fev. 2024.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. B.; ZANARDINI, I. M. S. Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, out./dez. 2015. DOI 10.1590/ES0101-73302015132445. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8TgqpWXgd3yzJbGjNBM8tmq/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. DOI 10.1590/S0101-73302005000300017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, J. **A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da Lei 12.513 de 2011 que institui o Pronatec.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1523539](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1523539). Acesso em: 1º fev. 2024.

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.** Sena Madureira: ICMBIO, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-cazumba-iracema>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IFAC. INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de gestão exercício 2018.** Sena Madureira: IFAC, 2018.

LIMA, M. *et al.* Pronatec: para que e para quem? **Holos**, Natal, v. 8, n. 34, p. 183-201, 2018. DOI 10.15628/holos.2018.7001. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7001#>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MAIA, A. *et al.* Cursos profissionalizantes transformam a realidade de comunidades em reserva na Amazônia. **Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 137-139, fev. 2016. Disponível em: <https://ipe.org.br/noticias/revista-boas-praticas-na-gestao-de-unidades-de-conservacao-leia-aqui-2/>. Acesso em: 3 set. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, M. L. O.; CRUZ, R. E. Financiamento e gestão do Pronatec: o público e o privado na política de educação profissional. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2016. DOI 10.17648/fineduca-2236-5907-v6-68634. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/68634>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. DOI 10.26512/lc.v16i30.3568. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 28 dez. 2023.

PEDROSA, F. G. **Política de Educação Profissional e Tecnológica**: análise da modalidade Pronatec Brasil Maior na perspectiva de seus implementadores. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/3836>. Acesso em: 13 jan. 2024.

POUEY, J. F. F. **Qualificação profissional e formação cidadã**: estudo de caso em Cursos FIC do Pronatec envolvendo aspectos ambientais. 2017. Tese (Doutorado em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/ffe11c0e-455f-499d-92e8-c63a8c59085d/full>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RAMOS, M. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: MANZANO, M. (org.). **Mapa da Educação Profissional e Tecnológica**: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. p. 97-117.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%89ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RAMOS, M. S.; STAMPA, I. T. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: democratização ou precarização da educação profissional? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 393-407, ago./dez. 2016. DOI 10.15448/1677-9509.2016.2.23609. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/23609>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SANTOS, L. B. *et al.* Pronatec Campo – possibilidades & desafios: um estudo de caso a partir da prática do psicólogo educacional na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 19, p. e9835, 2020. DOI 10.15628/rbept.2020.9835. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9835>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SANTOS, R. C. *et al.* Campus Sena Madureira: infraestrutura para uma melhor educação. **Caminhos do Ifac**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p. 43-47, nov. 2022. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/editora-ifac/periodicos/revista-caminhos-do-ifac/revista-caminhos-do-ifac-2022-e-book.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. C.; RAMOS, I. J. A produção científica sobre a Educação Profissional e Tecnológica. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 538-562, 2020. DOI 10.29148/labor.v1i24.44367. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44367>. Acesso em: 17 dez. 2023.

SILVA, M. S. O. **Concepções e práticas pedagógicas dos professores de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2021/marilandia-sabino-de-oliveira-silva.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SILVA, R. S.; SILVA, F. R.; AZEVEDO, J. M. A. Contribuições do Instituto Federal para a formação profissional e avanços educacionais no Extremo Oeste da Amazônia. **Cocar**, Belém, v. 14, n. 29, p. 42-60, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3345>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SOUZA, V. A. **O Pronatec no sistema de ensino brasileiro**: estudo de caso no Instituto Federal de Goiás nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/45622014-2d41-4819-8db7-950600d9b042>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VALDANHA NETO, D.; WHITAKER, D. C. A.; VASCONCELOS, V. O. Educação e(m) Unidades de Conservação: luta por direitos e direito à luta. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 51-67, maio/ago. 2018. DOI 10.14393/rep-v17n22018-art04. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/41518>. Acesso em: 29 ago. 2024.

VALENTE, P. J.; AMARAL, L. R. L. Escola Nova Aliança: uma reflexão sobre a Educação do Campo e a formação de agricultores e técnicos em práticas agroecológicas, no município de Moju. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 18, n. 1, p. 1-7, 2023. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7073>. Acesso em: 2 jan. 2024.

VENTURA, J.; LESSA, L.; SOUZA, S. Pronatec: ampliação das ações fragmentárias e intensificação da privatização da formação do trabalhador. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 30, p. 156-182, 2018. DOI 10.22409/tn.16i30.p10091. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10091>. Acesso em: 5 fev. 2024.

VIEIRA, M. C.; REIS, R. H.; SOBRAL, J. B. L. Uma análise das concepções que permeiam a formação profissional do Pronatec. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 67, p. 190-213, jan./abr. 2017. DOI 10.18222/eae.v0ix.4023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4023>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Submetido em 30 de agosto de 2024.

Aprovado em 6 de março de 2025.